

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.626 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2002



Roosevelt Pinheiro

Senado votou 877 matérias em 2002

Em 161 sessões plenárias realizadas este ano, senadores decidiram arquivar 60 propostas e aprovar 817, entre projetos de lei, mudanças constitucionais, operações de crédito e acordos internacionais

O Senado Federal encerrou o período legislativo de 2002 com 877 matérias apreciadas. Dessas, 60 foram arquivadas e 817 aprovadas. Os números são um pouco menores do que os do ano passado, quando foram apreciadas 996 matérias, sendo 902 aprovadas. A redução deve-se à eleição geral de outubro, que diminuiu o número de sessões plenárias – foram 161 este ano contra 193 em 2001.

Das 817 matérias aprovadas, constam três propostas de emenda à Constituição. Uma delas, a de nº 36, autorizou a participação de capital estrangeiro e pessoas jurídicas em jornais, revistas e emissoras de rádio e TV. Já a Emenda Constitucional nº 38 permitiu a incorporação dos policiais militares do extinto território

de Rondônia ao quadro de funcionários da União.

O Senado enviou à promulgação 20 medidas provisórias e 491 projetos. Entre esses estão 59 operações de crédito e 29 acordos internacionais. Cinco ministros estiveram presentes à Casa, por convocação dos senadores, e 27 chefes de missão diplomática foram sabatinados durante o ano.

Das matérias aprovadas, 119 foram enviadas à Câmara dos Deputados, sendo que 97 eram oriundas do próprio Senado. Entre as matérias arquivadas, constam 11 projetos retirados da pauta pelo próprio autor e 29 rejeitados. Em relação às sessões plenárias, o Senado realizou 86 deliberativas ordinárias e 52 não deliberativas.

O que foi aprovado em 2002

Projetos enviados à promulgação	491
Projetos enviados à Câmara dos Deputados	119
Projetos enviados à sanção	77
Projetos de lei de conversão enviados à sanção	32
Medidas provisórias enviadas à promulgação	20
Projetos de lei de conversão devolvidos à Câmara	3
Propostas de emenda à Constituição enviadas à promulgação	3
Escolhas de chefes de missão diplomática	27
Escolhas de autoridades	30
Convocações de ministros de Estado	5
Pareceres aprovados pelo Plenário	3
Requerimentos de voto de aplauso, censura ou semelhante	7
Total de matérias aprovadas	817

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Leia mais balanço das atividades do Senado nas páginas 7 a 12

Mozarildo quer tornar a Maçonaria mais conhecida

PÁGINA 2

Mozarildo quer maior divulgação da Maçonaria

Senador defende que instituição tenha mais transparência para mostrar à sociedade seus princípios de defesa dos valores éticos e morais. Ele lembra que a entidade tem tido atuação relevante ao longo de toda a história do Brasil

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu na sexta-feira uma maior abertura da Maçonaria em todo o país, como forma de dar transparência à sociedade do trabalho que vem sendo feito pela instituição. Para ele, a Maçonaria não é uma instituição secreta e, por isso, deve se tornar visível perante o público e informar, claramente, que tem como princípios básicos a prática do bem, a crença em um ser superior e a defesa de valores éticos e morais.

Mozarildo Cavalcanti, que é maçom, afirmou que a Maçonaria não é uma religião, e sim uma entidade religiosa, aceitando em seus quadros pessoas de todos os



Mozarildo informou que é candidato ao cargo de grão-mestre-geral do Brasil

credos. Disse que a Maçonaria é uma das mais importantes instituições do mundo e que a sua atuação no Brasil se confunde com a própria história do país. Como exemplo, lembrou que a instituição teve papel fundamental na in-

dependência e na abolição da escravidão.

ENTIDADE SECULAR

O senador por Roraima fez um histórico da evolução da Maçonaria ao longo dos séculos e informou que as primeiras reuniões ocorreram no antigo Egito. Salientou que a Maçonaria se fortaleceu na Inglaterra e na França, chegando ao país em 1822, com a criação do Grande Oriente do Brasil.

Mozarildo Cavalcanti aproveitou a oportunidade para informar que vai disputar o cargo de grão-mestre-geral do Brasil, nas eleições marcadas para a primeira quinzena de março do próximo ano. Em apartes, os senadores Nivaldo Krüger (PMDB-PR) e Lindberg Cury (PFL-DF) afirmaram que a Maçonaria presta relevantes serviços ao país.

Fernando Ribeiro lamenta tragédia em Belém

Ao comentar o naufrágio da embarcação dom Luís XV na noite da última terça-feira em Belém, o senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) lamentou, "mais uma vez", que a população da Amazônia esteja permanentemente exposta a essas tragédias, por não ter alternativa. Ele chamou a atenção do Plenário, na sessão da sexta-feira para o descaso das autoridades em relação à navegação fluvial.

O senador registrou que, até quinta-feira, haviam sido resgatados do naufrágio 23 corpos, três dos quais de crianças. Ele informou que cerca de 45 pessoas estavam desaparecidas e centenas de vítimas hospitalizadas.

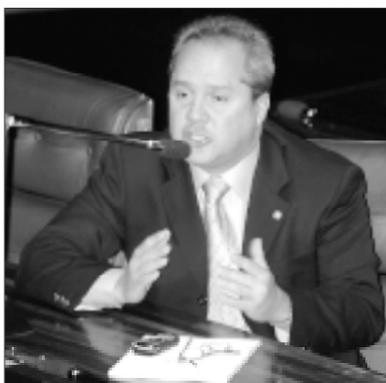
— A navegação fluvial é relegada ao total descaso pelas autoridades, tanto as que tratam da vigilância dos meios de navegação como pelas autoridades do setor

de transportes como um todo. Nossos rios são nossas estradas naturais, e as autoridades não proveram a navegação fluvial com recursos para avanços em termos de segurança, fiscalização, eficiência e modernidade.

Segundo Fernando Ribeiro, os habitantes da região amazônica são "grandemente dependentes" da navegação fluvial, forma de transporte mais eficiente, com maior capilaridade na região, mais barata e acessível.

O senador referiu-se ainda à ação criminosa dos "ratos d'água", que, aproveitando-se da falta de policiamento fluvial, aterrorizam os que precisam deslocar-se nas embarcações, com ações de pilhagem e pirataria.

Fernando Ribeiro disse também que era com profunda tristeza



Ribeiro denuncia descaso das autoridades com navegação fluvial

que tratava, em seu último discurso, do mesmo tema abordado em seu primeiro pronunciamento da tribuna do Senado: o fato de a população da Amazônia, na utilização do transporte fluvial, estar exposta a tragédias, seja como vítima dos ratos d'água, seja como vítima de naufrágios.

Lindberg se despede e recebe elogios em Plenário

Após cumprir um ano e meio de mandato, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) despediu-se do Senado, na sexta-feira, afirmando encerrar sua missão "com a sensação do dever cumprido".

— Parto para um novo desafio e lá vou continuar defendendo a causa do pequeno empreendedor — anunciou Lindberg, observando que, desde a sua posse, assumiu o compromisso público de lutar em defesa do setor, por entender que "os excluídos da democracia econômica é que um dia farão a grandeza desse país".

Suplente do ex-senador José Roberto Arruda, que renunciou ao mandato, Lindberg disse ter enfrentado "grandes grupos multinacionais" para defender interesses das pequenas empresas. "Sofri pressões de todas as maneiras, mas em nenhum momento arredei pé na missão de defender os mais fracos e obter justiça para as nobres causas", revelou.

E foi na condição de empresário que lutou, por exemplo, por uma reforma tributária "justa e equânime", chegando a apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) instituindo o imposto único federal.

Lindberg Cury recordou sua luta pela autonomia econômica



Lindberg Cury reafirmou luta em defesa dos pequenos empresários

do Distrito Federal, que, acredita, será reforçada com aprovação da proposta de criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Conforme explicou, esses recursos serão importantes para aumentar os investimentos em segurança, saúde e educação na capital federal.

Em aparte, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou o trabalho de Lindberg Cury em prol da autonomia do DF. "Vossa Excelência fez por merecer a confiança depositada pelo povo do Distrito Federal", disse. O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) também registrou "a simpatia, amizade e respeito" que marcaram a atuação do senador no DF. Assinalou ainda "a campanha cívica e patriótica" abraçada pelo então líder empresarial, no início da década de 80, pela autonomia política da capital federal.

AOS LEITORES

Em decorrência do recesso de fim de ano, o JORNAL DO SENADO só volta a circular no dia 1º de janeiro de 2003, com informações sobre a posse do novo presidente da República.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso prepara cerimônia da posse de Lula

Já está definido o roteiro da solenidade em que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente José Alencar assinam o termo de posse diante do Congresso Nacional. Cerimônia contará com ampla cobertura jornalística

Cerca de mil funcionários do Senado e da Câmara dos Deputados deverão estar trabalhando no dia 1º de janeiro para garantir ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva uma solenidade de posse com o apuro e a sobriedade exigidos pelo momento. Os veículos de comunicação da Casa – Agência de Notícias, TV, Rádio e Jornal – darão informações detalhadas sobre o assunto durante todo o dia. Notícias, fotografias, sons e imagens estarão disponíveis, inclusive para reprodução por outros veículos de comunicação.

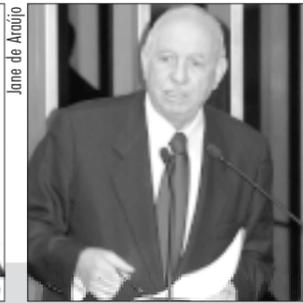
O diretor da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, Francisco Biondo, responsável pelo cerimonial da Casa, informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo que está previsto no rito da solenidade de posse, deverá chegar ao Congresso às 15h, acompanhado pelo vice-presidente eleito, José Alencar.

No Congresso, Lula e José

Alencar serão recebidos pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Efraim Moraes.

Após os cumprimentos, as autoridades seguem para o Plenário da Câmara, onde ocorrerá a sessão solene do Congresso Nacional.

No Plenário, a sessão será aberta por Ramez Tebet. Em seguida, a Banda dos Fuzileiros Navais executará o Hino Nacional, com todos os presentes de pé. Na sequência, o presidente da República e, em seguida, o vice-presidente da República prestam compromisso constitucional perante o Congresso, de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a



Luiz Inácio Lula da Silva e José Alencar serão declarados empossados pelo presidente do Congresso, senador Ramez Tebet

união, a integridade e a independência do Brasil.

TERMO DE POSSE

Em seguida, o primeiro-secretário do Congresso Nacional procederá à leitura do termo de posse, que será assinado por Lula e Alencar e pelos parlamentares integrantes da Mesa. O presidente do Congresso declara empossados o presidente e o vice-presidente da República, ao que se segue o primeiro pronunciamento de Lula. Depois, o presidente do

rampa principal, onde param na plataforma inferior, em frente à tropa, para ouvir mais uma vez a execução do Hino Nacional pela Banda do Batalhão da Guarda Presidencial, com salva de 21 tiros de canhão. Em seguida, o presidente da República desce até a calçada em frente à rampa, onde o comandante da Guarda de Honra apresenta-se e o convida a passar em revista a tropa mista do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Terminada a revista à Guarda de

Honra, o presidente da República e o vice-presidente despedem-se dos presidentes do Congresso e da Câmara e embarcam no automóvel presidencial, com escolta de batidores, a partir do final do jardim do Congresso Nacional, em direção ao Palácio do Planalto.

Ao chegarem ao Palácio do Planalto, o presidente e vice empossados serão recebidos por Fernando Henrique Cardoso e todo o seu ministério. A eles se juntará o novo ministério do presidente recém-empossado, dando-se início à solenidade de transferência da faixa presidencial.

Após haver recebido a faixa presidencial de Fernando Henrique, Luiz Inácio Lula da Silva acompanhará FHC até a saída do Palácio do Planalto. O ex-presidente da República segue então para o aeroporto.

No Planalto, o presidente nomeará oficialmente seus auxiliares, incluindo os novos ministros.

Carlos Patrocínio critica contrastes socioeconômicos

Os contrastes da realidade brasileira, que revelam a existência de 50 milhões de pobres e miseráveis em um país com expressivos indicadores econômicos, motivaram protestos em Plenário, sexta-feira, do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO). Indignado com a “imensa” injustiça so-



Patrocínio manifestou indignação com quadro de injustiça social

pobres ficam com 10% das riquezas geradas. “A desproporção é vergonhosa!”, exclamou.

Sobre o que classificou de “intrínseca relação” entre desigualdade social e violência, Carlos Patrocínio volta à pesquisa do Datafolha para

afirmar que, nos últimos seis anos, “a insegurança e o medo foram multiplicados por dez”. Se apenas 2% da população viam a segurança como o problema maior do país naquela época, 21% elegeram-na como questão principal no levantamento feito em março passado. O senador informou, ainda, que o desemprego liderou a outra “grande aflição nacional” nessa pesquisa.

Na perspectiva de reverter a situação de pobreza e violência em algumas regiões do país, Carlos Patrocínio acredita que o crescimento econômico pode ser uma esperança, desde que seja possível distribuir esses ganhos.

Jucá elogia combate à dengue

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou os esforços do governo federal em deter o avanço da dengue no Brasil. De acordo com ele, serão investidos cerca de R\$ 903 milhões do orçamento do Ministério da Saúde, acrescidos de outros R\$ 131 milhões, correspondentes às contrapartidas de estados e municípios.

As metas a serem alcançadas são menos de 1% de infestação pelo *Aedes aegypti* (mosquito transmissor da doença) em imóveis públicos, residenciais e comerciais no país; redução à metade no número de casos em 2003, em relação a 2002; e diminuição a menos de 1% nos óbitos por dengue hemorrágica. Romero Jucá lembrou que, em julho deste ano, para a intensificação dos trabalhos de combate à dengue, o Ministério da Saúde criou o Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), a ser executado em conjunto com as secretarias municipais e estaduais de saúde.

— Espera-se reduzir ao mínimo o número de casos da doença no país — frisou.

Em sua opinião, a mobilização da sociedade é fundamental para evitar a reprodução do mosquito.

Girão: potencial econômico do Nordeste é subutilizado

O senador Luiz Girão (PSDB-CE) defendeu uma mudança na política de desenvolvimento para o Nordeste. Ele reconheceu a importância das políticas sociais como fatores geradores de renda e consumo na região, mas observou que é preciso, também, estimular de



Para Girão, políticas públicas precisam fomentar a produção

forma mais intensa a produção. Na avaliação do senador, o Nordeste tem um potencial econômico subutilizado que necessita, “de forma urgente”, de políticas de fomento.

Girão afirmou que embora a diferença entre o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Nordeste e o do Brasil se mantenha a mesma de há 40 anos, isto não significa que as políticas regionais tenham fracassado. Ele ressaltou que a região é rica em experiências bem-sucedidas, como a produção de grãos no oeste da Bahia, a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, os pólos têxteis, de confecções e de calçados, em vá-

rios estados, e o turismo.

O que ocorre, segundo o senador, é que os esforços públicos foram aquém do necessário para multiplicar as experiências de sucesso na região. Diante disso, ele pediu a implementação de políticas

voltadas para a redução dos desequilíbrios regionais e o fomento à produção. Entre as medidas necessárias, citou a reativação da Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Sudene), que poderia coordenar os investimentos na região.

A solução para o Nordeste, na opinião do senador, depende do esforço conjunto dos vários níveis de governo, na formulação e execução de políticas voltadas para a melhoria da infra-estrutura e de políticas educacionais que abordem tanto a universalização do acesso à educação quanto a melhoria contínua da qualidade do ensino.

Freire defende reforma política democrática

Senador questiona aspectos de propostas que estão sendo discutidas, como as regras que dificultam a representação dos pequenos partidos no Congresso Nacional, e defende o financiamento público de campanhas eleitorais

A recente eleição para o Senado dos Estados Unidos de uma candidata que não constava da cédula eleitoral foi apontada pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) como exemplo de que a reforma política a ser feita no Brasil não deve limitar as opções dos eleitores. Ao contrário, sugeriu, o país deveria apostar em uma "radicalização da democracia", que possibilite a representatividade de cada vez mais ampla da sociedade brasileira.

Nessa eleição do estado norte-americano do Tennessee, relatou Freire, o nome da senadora eleita não constava da cédula porque ela havia se credenciado para as eleições após o prazo legal. Mesmo assim, os eleitores locais escreveram o nome de sua candidata preferida de próprio punho e ela foi eleita.

— Isso é inimaginável aqui no Brasil, pois nosso sistema, em vez de facilitar, dificulta deliberadamente a livre expressão do eleitorado — comparou.

Entre os principais aspectos da reforma política em andamento, cujas discussões devem ser retomadas no início de 2003, o senador criticou especialmente as regras que dificultam a representação no Congresso Nacional de pequenos partidos políticos. Nas eleições de 2006, recordou, já estará em vigor a chamada cláusula de barreira, pela qual somente as agremiações que obtiverem um percentual mínimo de votos em todo o país poderão eleger representantes para o Parlamento.

A cláusula de barreira, disse



Roberto Freire: sistema cria deliberadamente entraves à livre expressão do eleitorado

Freire, é apontada pelos seus defensores como capaz de facilitar a governabilidade, uma vez que não seriam necessárias grandes e amplas negociações entre os vários partidos para aprovar projetos de interesse do Executivo. O senador ressaltou, porém, que, em termos de produtividade parlamentar, o Congresso brasileiro nada fica a dever.

Freire defendeu algumas das propostas em discussão na reforma política, como o financiamento público de campanhas eleitorais e um "novo disciplinamento" do papel dos suplentes de senadores. Ele condenou, por outro lado, a manutenção de normas rígidas herdadas do regime militar sobre prazos e domicílios eleitorais, sob as quais, recordou, nunca mais puderam repetir-se episódios históricos como a eleição de Leonel Brizola para deputado federal pelo Rio de Janeiro, logo depois de deixar o governo do Rio Grande do Sul, e a conquista pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek de uma vaga de senador por Goiás.

Jucá destaca qualidade de relatório de ministro do TCU

O relatório do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Rodrigues sobre as contas do governo referentes ao exercício de 2001 recebeu elogios do senador Romero Jucá (PSDB-RR). Para o senador, o que deveria ser apenas um ponto de vista específico da contabilidade pública transformou-se num estudo amplo e profundo do desempenho da economia brasileira.



Jucá: documento possibilita visão da macroeconomia

Segundo Jucá, o exame acurado do relator possibilita uma visão do panorama econômico brasileiro, com análises abrangentes do Produto Interno Bruto (PIB), de preços, salários, nível de emprego; das políticas monetária e creditícia; da carga tributária nacional; das dívidas públicas federal, estaduais e municipais; e das necessidades de financiamento do setor público.

Lobão pede debate sobre educação

O aprofundamento do debate sobre política educacional e a busca de soluções para os problemas dessa área foram defendidos pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), para quem é preciso "aproveitar este momento político ímpar, de tranqüila transição no governo federal". O senador frisou que a geração que vem cursando os ensinos fundamental e médio não pode continuar sendo prejudicada por experiências sem eficácia comprovada.

Com base em dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, ele afirmou que o desempenho desses alunos piorou. E disse que os problemas identificados no ensino médio remontam a deficiências que vêm do ensino fundamental. Conforme o parlamentar, 58,9% dos alunos da quarta série não são capazes de enten-



Edison Lobão quer evitar que estudantes sejam prejudicados por experiências ineficazes

der textos complexos e longos.

Edison Lobão constatou que a maioria dos estudantes chega ao fim do ciclo, no terceiro ano do ensino médio, dominando, no máximo, conhecimentos do ensino fundamental, o que caracteriza "uma clara demonstração de que algo está errado no sistema educacional".

Pastore aponta queda no nível do ensino

O senador Luiz Pastore (PMDB-ES) criticou a política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, embora tenha havido avanços quantitativos, registrou-se uma queda na qualidade do ensino, principalmente no nível fundamental.

O Censo Escolar 2002, divulgado pelo Ministério da Educação, aponta uma diminuição de 1,5% das matrículas na primeira série do ensino básico, afirmou o senador. Luiz Pastore destacou também que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado em 1997, acabou por diminuir inicialmente o número de matrículas na pré-escola, que caiu de 4,3 milhões, em 1996, para 4,1 milhões, em 1998.

Luiz Pastore criticou o fato de o governo federal, "à revelia da legislação vigente", não ter aumentado sua cota de participação no Fundef. O parlamentar elogiou a intenção do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva de ampliar o Fundef para universalizar, até 2006, o ensino básico no país. Outra promessa do presidente eleito exaltada pelo senador é a de elevar os gastos públicos do setor educacional, dos atuais 5,2% para 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

O senador trouxe também estatísticas do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), segundo as quais quase 60% dos brasileiros com mais de 15 anos não concluíram o ensino fundamental. A média dos anos de estudo na Argentina e no Chile é de 11 anos, sendo de apenas seis anos no Brasil, assinalou.



Pastore reconhece melhoria quantitativa na área educacional

Patrocínio registra avanços no Tocantins

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) destacou dois avanços na educação de seu estado. Em primeiro lugar, disse que o Tocantins é um dos cinco estados brasileiros que expandiram, por conta própria, o Plano de Desenvolvimento da Educação. Todas os estabelecimentos de ensino do estado, segundo ele, já adotaram este instrumento de gestão escolar. Outro avanço observado é que o Tocantins superou o índice nacional de crianças entre cinco e seis anos na escola, de acordo com o Censo 2000, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

— Para um jovem estado como o Tocantins, são dados auspiciosos que nos encorajam e, sobretudo, nos fazem perseverar na aproximação do ideal brasileiro de universalização do ensino básico — afirmou.

Patrocínio disse que "a educação e a saúde dos brasileiros, embora não sejam negligenciadas pelo poder público, reclamam ação mais firme e determinada".

— Uma rápida visita a uma escola pública ou a um hospital mantido pelo estado é suficiente para que tomemos um verdadeiro 'choque de realidade'. Tem-se, desse modo, exposto cruamente o que se constitui no cotidiano de enormes contingentes de brasileiros, que não dispõem de renda para arcar com os elevados custos da assistência médico-hospitalar e da educação particulares — disse.

O senador anotou alguns avanços nas duas áreas, em ações coordenadas entre União, estados e municípios. Afirmou ser inegável o crescimento do número de matrículas e a melhoria no fluxo das diversas séries, com mais estudantes conseguindo concluir este nível. Por outro lado, observou, a qualidade do ensino ainda é precária, tanto nos níveis fundamental e médio quanto no superior. Na saúde, disse que o programa de combate à Aids é referência internacional.

Krüger critica redução de verbas para agricultura

Senador também lamenta que o Orçamento Geral da União para 2003 tenha destinado menos recursos à segurança pública. Houve decréscimo de 7,5% e 19,5% nos principais programas do setor, alertou

O senador Nivaldo Krüger (PMDB-PR) lamentou a redução dos recursos previstos para agricultura e segurança pública no Orçamento Geral da União de 2003, aprovado quinta-feira.

— Se houve cortes nessas áreas fundamentais, o dinheiro, evidentemente, será usado para outra finalidade, e está claro que será para o pagamento da dívida pública em títulos — avaliou.

Com o Orçamento na mão, o senador mostrou que em 2003 o governo brasileiro pagará R\$ 79,7 bilhões de juros referentes à emissão de títulos, contra R\$ 33,4 bilhões em 2001. Já o dinheiro destinado ao Funcafé, exemplificou, será reduzido em 38,6%, o custeio agrícola terá 9,6% a menos e investimentos sofrerão redução de 1%.

Krüger sugeriu a criação de um



Nivaldo Krüger disse que é grave a redução de 51% nos recursos para agricultura familiar

Fotos: José Cruz

Pronaf. É a agricultura familiar que garante a alimentação do povo brasileiro, e não a agroindústria. É um absurdo que importemos feijão, milho, arroz.

Quanto à segurança pública, observou Krüger, houve decréscimos orçamentários de 7,5% e de 19,5% nos principais programas. “Justamente no momento em que a violência assusta todas as famílias brasileiras, os recursos caem, em vez de subir.”

O senador explicou que votou o projeto de Orçamento, mas não participou dos debates porque assumiu o mandato há poucos dias, como suplente do governador eleito do Paraná, Roberto Requião (PMDB). Krüger defendeu também uma maior descentralização do Orçamento, com mais recursos para estados e municípios.

fundo sobre exportações para financiamento de pesquisas agropecuárias, diante da constatação de que também houve redução dos investimentos em pesquisa agrícola e do “virtual abandono” da pesquisa genética.

— É muito grave a redução de 51% nos recursos destinados à agricultura familiar, no âmbito do

Jonas aplaude a escolha de Roberto Rodrigues para compor governo Lula

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) elogiou sexta-feira a escolha do empresário e produtor Roberto Rodrigues, feita pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, para o Ministério da Agricultura. Rodrigues, ressaltou, é especialista em agronegócios e em cooperativismo, com grande experiência na área.

Por uma “feliz coincidência”, comentou Jonas Pinheiro, o futuro ministro, antes de ser escolhido por Lula, havia participado da criação da entidade chamada Rural Brasil, que pretende coordenar ações para o setor. Rodrigues, acrescentou, também foi

responsável pela elaboração de uma pauta, com 20 itens, considerada indispensável para o desenvolvimento da agricultura.

Segundo Jonas Pinheiro, não é tarefa fácil suceder a Pratini de Moraes, que, disse, sai festejado por todo o setor agrícola do país, “tamanho o serviço que prestou à agricultura e ao Brasil”.

— Roberto Rodrigues não está filiado a nenhum partido. Ele costuma dizer que sua legenda é o PCCA — Partido do Cooperativismo, do Campo e do Agronegócio, sigla que servirá de alavanca nas negociações no mercado agrícola externo, em defesa do mer-



Para Jonas Pinheiro, o empresário Roberto Rodrigues é profundo conhecedor da agricultura

cado nacional.

Jonas Pinheiro acrescentou que Rodrigues tem livre trânsito no exterior e conhece o mercado internacional, os problemas dos principais países produtores agrícolas e as soluções que foram adotadas. O ministro escolhido, concluiu, tem profundo conhecimento da agricultura.

Patrocínio destaca importância da agropecuária

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) destacou a importância da agropecuária no crescimento econômico nacional, que contribuiu com US\$ 18 bilhões em exportações no ano passado. Dispondo de 500 milhões de hectares que podem ser abertos à plantação, ressaltou, o país tem grande vocação para a produção. Ele observou, no entanto, que é preciso ter os “pés no chão” para encarar as dificuldades da realidade que se têm pela frente.

Patrocínio considera que, com o aumento da produção, será

possível conseguir o barateamento dos alimentos, “garantindo mesa farta aos brasileiros”, além de gerar grande quantidade de empregos e fixar o homem no campo. Entretanto, ele alerta que o crescimento do mercado interno só será possível quando políticas de distribuição de renda forem colocadas em prática, o que aumentaria a demanda da população por alimentos.

Em relação ao mercado externo, o senador disse que as exportações de carne e cana-de-açúcar cresceram mais de 70%,

tornando o setor cada vez mais competitivo. Mas, afirmou, os compradores e competidores de outros países “não terão benevolência”, e utilizarão mecanismos protecionistas, como a nova lei agrícola americana que prevê investimentos oficiais na proteção do setor nos próximos dez anos, fazendo com que os agricultores brasileiros tenham perdas anuais da ordem de US\$ 2,4 bilhões, segundo cálculos do Departamento de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Nabor condena aumento de juros para conter inflação

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) criticou na última sexta-feira, a elevação da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, de 22% para 25% ao ano. Para o senador, a política de tentar



Nabor Júnior: elevar taxa para conter inflação é política equivocada

conter a alta da inflação por meio do aumento dos juros “é completamente equivocada”.

Ele advertiu que a elevação da taxa básica implica imediato aumento dos juros nas vendas a crédito, em valores muito acima dos sinalizados pelo governo, em torno de 200% ao ano.

No setor empresarial, alertou Nabor, mesmo os que não necessitam tomar dinheiro no mercado para investir procuram, logo, repassar para os preços dos seus produtos a elevação das taxas de juros. Portanto, disse, a majoração dos juros, adotada como medida de combate à inflação, acaba, na verdade, contribuindo para a sua elevação.

Em aparte, o senador Nivaldo Krüger (PMDB-PR) afirmou que a análise feita por Nabor demonstra-

va coerência com todo o seu passado político. Já Carlos Patrocínio (PTB-TO) disse que o atual patamar dos juros é algo que “martiriza a população brasileira”. Patrocínio elogiou o presidente eleito Luiz Ignácio Lula da Silva por co-

locar um médico à frente da economia, a qual, segundo Lula, estaria “na UTT”.

Por sua vez, o senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) se disse bastante surpreso com as atitudes do futuro governo, que estaria falando a “mesma linguagem” do governo atual.

Nabor destacou, ainda, o esforço feito pelos parlamentares, principalmente os da Comissão Mista de Orçamento (CMO), para aprovar o projeto de lei do Orçamento da União para 2003, dando ao país uma “verdadeira lição de espírito público”.

O senador acreano, que está deixando o mandato, aproveitou para agradecer os parlamentares pelo convívio na Casa, bem como aos funcionários do Senado, em especial os do seu gabinete e da taquigrafia, pelo apoio ao seu trabalho.

Jucá elogia programa da ANP para qualificar trabalhador

O Programa de Recursos Humanos para o Setor de Petróleo e Gás (PRH-ANP), lançado em 1999 pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), foi elogiado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). A iniciativa tem por objetivo implementar, em universidades e escolas técnicas, programas de ensino e pesquisas voltados para o setor, apor meio de um sistema de bolsas que estimulem professores e estudantes para a área. O programa visa também formar parcerias com a agência e empresas de energia fóssil.

Jucá argumentou que a qualificação do trabalhador otimiza o potencial produtivo do Brasil, frisando que é um dever de toda

organização, governamental ou privada, capacitar o trabalhador em todas as atividades que estimulem o desenvolvimento econômico. Essa qualificação, lembrou o senador, torna ativa a participação do país no comércio globalizado, para o que contribuem iniciativas como a da ANP.

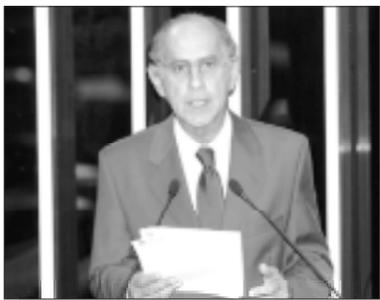
Segundo o senador, já foram criados 36 programas destinados a profissionais de nível superior, com a participação de 23 universidades de 13 estados. Quanto à educação de nível técnico, o senador disse que desde o ano passado estão sendo implementados cursos regulares em oito instituições, com a concessão de cerca de 600 bolsas de estudo.

Mauro cobra todo rigor na execução de gastos

Para senador, neste período que antecede a posse dos novos governadores, é necessário redobrar a fiscalização sobre transferências de dívidas, desequilíbrio de contas e “empreguismo desenfreado”

O momento requer, na opinião do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), todo o cuidado para que se faça cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê rigorosa disciplina na execução de gastos. Ele acredita que, neste período que antecede a posse dos novos governadores, é necessária muita fiscalização sobre as transferências de dívidas, o desequilíbrio das contas públicas e o “empreguismo desenfreado”, para que os administradores não se desviem dos rigores da lei.

Mauro lembrou as dificuldades enfrentadas pelos governantes na promoção do ajuste fiscal necessário ao saneamento das finanças pú-



Mauro Miranda disse que é preciso obedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal

blicas. Disse que a situação resultou de herança de antecessores ou mesmo da falta de conclusão dos “deveres de casa” fundamentais. Por esses motivos, o senador defende “o desempenho responsável no âmbito de gastos e na obtenção de re-

ceita, como condição básica para a estabilidade monetária”.

A instituição do Programa de Incentivo à Gestão Responsável, uma iniciativa do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), foi apontada por Mauro Miranda como prova de que os governantes, em sua maioria, desejam administrar amparados pela Lei de Responsabilidade Fiscal e de outros mecanismos de controle financeiro. Ele ressaltou que, logo após o lançamento, cerca de 1.200 prefeituras de todo o país demonstraram interesse pelo programa. “Em pouco tempo, acredito, essa realidade será quase unânime, afastando da vida pública os maus e perversos administradores”, afirmou.

Machado propõe modelo de desenvolvimento para Ceará

Com base no entendimento de que, para desenvolver-se, o Ceará precisa de ampla reestruturação administrativa, o senador Sérgio Machado (PMDB-CE) apresentou, como contribuição para essa mudança, projeto com um modelo de gestão para o estado. O senador explicou que a base conceitual desse trabalho leva em conta que a riqueza do Ceará é seu povo, daí por que o povo é o centro do projeto.

– Partilhamos da idéia de que é preciso valorizar ao máximo a questão humana – disse o parlamentar.

Sérgio Machado explicou que elaborou o projeto tomando como base sua experiência como empre-

sário, líder de classe, secretário de estado e parlamentar.

– Nessa vivência e convivência em que o centro das atenções tem sido o nosso estado, cultivamos sempre a prática de reunir vontades plurais em torno do objetivo de mudar para melhor a vida das pessoas – afirmou.

O projeto de gestão apresentado contém, de acordo com o senador, uma profunda análise da ocupação e do povoamento do estado, o exame de sua organização socioeconômica, além de propostas concretas de ações governamentais. A finalidade dessas ações, ainda segundo Sérgio Machado, é possibilitar que o Ceará alcance maior crescimento eco-



Sérgio Machado defende crescimento econômico do estado com justa distribuição de renda

nômico, mas com justa distribuição de renda e auto-sustentação, com ênfase no combate à indigência, ao desperdício e à violência.

O senador disse, entretanto, que, para o sucesso de um plano como esse, é imprescindível que haja um pacto de poder capaz de aglutinar as forças da sociedade que desejam mudanças.

“Ato político ficou mais transparente”, diz senador

Ao despedir-se do Senado, depois de oito anos de mandato, o senador Sérgio Machado destacou dois dos seus principais trabalhos na Casa: a relatoria da comissão especial que examinou a reforma política e a relatoria geral do Orçamento para o próximo ano. Ele também referiu-se à contribuição que deu para análise de idéias e aprofundamento dos debates que tornaram possíveis avanços para o Brasil.

– Quero expressar minha satisfação por ter merecido a confiança de ocupar a relatoria do Orçamento de 2003. Acredito que aprova-

mos o Orçamento da melhor forma, de modo a propiciar que a execução dos gastos de recursos públicos, no próximo ano, corresponda à demanda necessária ao desenvolvimento que queremos para o novo Brasil – afirmou.

Machado disse que, ao longo do seu mandato, constatou mudanças no comportamento da classe política, principalmente no que se refere a uma melhor postura ética e consciência crítica. Ele acrescentou que, atualmente, existe uma maior transparência nos atos dos políticos e um compromisso maior na defesa do interesse público.

O Congresso Nacional, e mais particularmente o Senado, na opinião do parlamentar, vem desempenhando papel decisivo na consolidação da cidadania. Ele afirmou ter observado nos últimos anos uma maior aproximação entre o Parlamento e as demais instâncias da sociedade civil organizada, o que representa, no seu entender, uma ligação mais direta entre o povo e seus representantes eleitos.

O senador ressaltou que sua passagem pela Casa representou uma fase de grande aprendizado, especialmente no convívio com os demais parlamentares.

José Jorge elogia desempenho do setor petrolífero brasileiro

Diferenciando-se dos demais segmentos industriais brasileiros que nos últimos anos enfrentam dificuldades em seu desempenho, a indústria do petróleo vem alcançando “grande destaque”, conforme avaliou o senador José Jorge (PFL-PE). Em



José Jorge: governo só deve interferir na área para conter abusos de preços

seu discurso sobre o cenário energético que o novo governo deverá encontrar a partir de 1º de janeiro, o ex-ministro de Minas e Energia relacionou algumas medidas urgentes, que ele considera necessárias para que esses ganhos sejam mantidos ou mesmo ampliados.

O senador recomendou que apenas em casos em que se caracterize abusos na formação de preços a Agência Nacional do Petróleo (ANP) deve interferir. Ele lembrou que, após a liberação ocorrida em janeiro deste ano, as cotações internacionais de petróleo sofreram elevação superior a 40% entre aquele mês e setembro último. Além disso, conforme o senador, o ataque especulativo ao

real provocou uma desvalorização da moeda brasileira superior a 40% no mesmo período.

– Nesse cenário, agravado pela instabilidade trazida pelo período eleitoral, e não dispondo de mecanismos tributários que possibilitassem o amortecimento das oscilações dos preços, foi que o governo optou por interferir na formação dos preços – admitiu.

Para José Jorge, o maior prejudicado, naquela ocasião, com a interferência do governo brasileiro, não foram a Petrobras nem as refinarias privadas em operação no país, mas a credibilidade do processo de abertura do mercado brasileiro.

– Não podemos esquecer que se encontram pesquisando petróleo em nosso território 44 empresas nacionais e estrangeiras, que se viam atraídas não apenas pelas perspectivas de descobertas em nosso subsolo, mas também pela promessa de preços livres, regidos pelas cotações internacionais – afirmou o senador.

Tuma homenageia colegas que estão deixando mandato

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) associou-se às homenagens prestadas pelos demais senadores, na semana passada, àqueles que estão encerrando seu mandato no Senado. Ele justificou sua ausência na ocasião por estar participando de missão oficial pelo Senado na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

Tuma citou nominalmente os 39 senadores que estão se afastando da Casa, lamentando que o Senado não possa mais contar com “a inteligência, sabedoria, solidariedade e trabalho ético, competente e pertinaz” daqueles parlamentares.

Ele destacou, na homenagem, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a quem classifi-

cou como “uma figura exponencial que se encontra acima de partidos e ideologias”.

Tuma disse ter acompanhado toda a trajetória política de Cabral, lembrando que foi a ele subordinado quando ocupou a direção da Polícia Federal, época em que Cabral era ministro da Justiça. Ressaltou sua liderança no PFL, partido de ambos, afirmando que recebeu de Bernardo Cabral lições que lhe têm sido úteis há décadas.

O senador por São Paulo também elogiou a atuação de Cabral na reforma do Judiciário e na defesa do estado do Amazonas, e ressaltou “a lealdade, o bom senso, a sabedoria, a ética, a capacidade e a dedicação” de seu companheiro de legenda.



O Orçamento do próximo ano prevê R\$ 26,5 bilhões a mais do que propôs o Executivo. Esforços da comissão que discutiu o projeto asseguraram recursos para programas do novo governo. Segundo Ramez Tebet, a aprovação da proposta garantiu que o ano fosse encerrado “com brilhantismo”.

Lula inicia governo com Orçamento garantido

Ao final do ano legislativo, o Congresso Nacional aprovou o projeto de Orçamento da União para 2003, que define as receitas e despesas do primeiro ano de governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

O parecer elaborado pelo relator-geral do projeto, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), prevê gastos e receitas de R\$ 1,036 trilhão – R\$ 26,524 bilhões a mais que o projeto original enviado em agosto pelo Executivo. O acréscimo foi possível devido à reestimativa de receitas e à emissão de títulos do Tesouro, entre outras fontes.

O novo cálculo permitiu ao relator contemplar emendas individuais dos parlamentares e as prioridades do novo governo. Foram assegurados, de acordo com Sérgio Machado, R\$ 2,5 bilhões para os programas de combate à fome e R\$ 4,377 bilhões para absorver o reajuste do salário mínimo.

Foram acomodadas solicitações encaminhadas pelas relatorias setoriais, como a recomposição dos recursos da saúde para atender a vinculação assegurada



Congresso Nacional aprovou projeto de Orçamento que prevê recursos para programas de combate à fome e reajuste do salário mínimo

por emenda constitucional e a melhor distribuição regional das verbas do Sistema Único de Saúde (SUS). O dinheiro para as universidades também foi reforçado. Os hospitais universitários, por exemplo, ganharam mais R\$ 100 milhões.

MPs

Depois de ter restringido, no ano passado, a edição das medidas provisórias (MPs), o Congresso tratou de regulamentar o uso desse instituto. Resolução de 8 de maio disciplinou a tramitação das MPs. Se antes eram ne-

cessárias sessões conjuntas do Senado e da Câmara, agora as medidas são votadas separadamente em cada Casa.

A mudança, no entanto, não diminuiu a relevância do trabalho do Congresso, uma vez que, antes de serem levadas a Plenário, as medidas provisórias são analisadas por comissão mista constituída de deputados e senadores.

Sob a nova sistemática, o Congresso aprovou medidas importantes. Uma delas regulamentou a participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação.

Desafio foi assegurar verbas a projetos do PT

O principal desafio da Comissão Mista de Orçamento em 2002 foi redesenhar a peça orçamentária da transição de governo. A proposta encaminhada em agosto pela atual equipe econômica pôde ser modificada por representantes da nova administração, que assume a condução do país a partir de janeiro.

Uma das providências do relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), foi permitir que o PT apresentasse emendas de interesse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, na fase final dos trabalhos da relatoria-geral. Isso possibilitou criar reserva orçamentária de R\$ 4,377 bilhões para o reajuste do salário mínimo e redirecionar recursos



Comissão de Orçamento acolheu emendas de parlamentares petistas que modificaram a proposta elaborada pelo Executivo

para as prioridades sociais. Segundo Machado, houve injeção extra nos investimentos dessa área de R\$ 9,5 bilhões.

Só o programa Fome Zero, uma das estrelas na campanha eleitoral de Lula, ganhou R\$ 2,165 bilhões. As emendas garantiram mais dinheiro para áreas como agricultura familiar (R\$ 250 mi-

lhões), reforma agrária (R\$ 100 milhões) e meio ambiente (R\$ 150 milhões).

O Legislativo conseguiu aliviar os cortes orçamentários impostos aos investimentos públicos, com aumento de 93,2% sobre o projeto de lei montado pela equipe de Fernando Henrique. O Orçamento aprovado pelo Congresso garantiu R\$

14,2 bilhões para os investimentos públicos federais em 2003. Isso recompõe, em parte, as verbas de alguns ministérios, como o do Meio Ambiente, a ser comandado pela senadora Marina Silva (PT-AC). Esse ministério enfrentaria corte de 78% nos investimentos se permanecesse o valor proposto por FHC.

Tebet diz que o Brasil deve retomar crescimento em 2003

Ao apresentar os votos de feliz Natal aos brasileiros, o presidente do Senado, Ramez Tebet, previu que as esperanças depositadas pelo povo nas urnas em outubro poderão se realizar em 2003. Conforme disse, há condições concretas para que o Brasil retome o crescimento econômico, combatendo o desemprego e as desigualdades regionais e sociais. “Vejo o futuro com otimismo e almejo que o sonho se realize para os brasileiros, um povo que nunca perde a esperança em dias melhores.”

No Congresso, Tebet congratulou-se com deputados e senadores, afirmando que todos cumpriram seu dever, votando as matérias em pauta com rapidez e responsabilidade. Com a aprovação do Orçamento da União para 2003, foi possível encerrar o ano legislativo “com brilhantismo”, destacou.

Ele agradeceu a todos pelo empenho e colaboração, destacando a transparência e o processo cristalino das atividades legislativas que vêm aproximando, cada dia mais, o Congresso da população. Segundo Tebet, a imagem do Senado e da Câmara dos Deputados mudou. “Todos somos sócios indiscutíveis desse êxito que o povo brasileiro certamente reconhece.”

SEGURANÇA

Ao fazer balanço das atividades legislativas de 2002, Tebet destacou a importância da aprovação de medidas como as oito proposições sugeridas pela Comissão Mista de Segurança Pública, a regulamentação da emenda constitucional que restringiu a edição de medidas provisórias (MPs), os avanços obtidos na reforma política e a instalação do Conselho de Comunicação Social, reivindicação dos tempos da



Ramez Tebet: “Vejo o futuro com otimismo e almejo que o sonho se realize para os brasileiros”

Assembleia Constituinte que continuava no papel.

O presidente do Senado admitiu que o processo eleitoral significou um arrefecimento no ritmo dos trabalhos legislativos durante dois ou três meses. Ponderou, no entanto, que, “sendo as eleições o coroamento da democracia”, qualquer dificuldade é justificada pela grandeza do processo de escolha de presidente da República, vice, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. “E houve votações relevantes mesmo nesse período”, argumentou.

2003

Em relação ao ano legislativo de 2003, Tebet manifestou a confiança na produtividade crescente do Congresso, colaborando com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “O entendimento é tão bom que já votamos matérias do interesse do próximo governo, como a aprovação do nome de Henrique Meirelles para o Banco Central”, lembrou.

Para ele, “a tendência natural” para a próxima legislatura será o trabalho harmônico com os demais Poderes da República, “cada qual mantendo sua independência para garantir a governabilidade”.



Intensos debates marcaram os trabalhos da Comissão de Infra-Estrutura e da Subcomissão do Idoso. Para 2003, o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, prevê incremento da atividade política, que poderá ser regulada por novo código de ética, proposto por Juvêncio da Fonseca.

Crises de energia e do setor aéreo são debatidas na CI

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI), teve sua atuação marcada, neste ano, pela realização de audiências públicas, pela preocupação com a estrutura viária e com a aprovação de nomes indicados para diretorias de agências reguladoras dos setores de energia, transportes, telecomunicações e águas.

Dois temas de interesse nacional mobilizaram os senadores em audiências públicas em junho deste ano: o setor aéreo e a questão energética.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) solicitou a discussão, promovida pela CI, entre representantes de empresários e trabalhadores do setor aéreo para analisar o restabelecimento de subsídios para as companhias que operam na região amazônica. O senador propõe adicional tarifário sobre as passagens aéreas em geral, com esse objetivo.

O presidente do Sindicato das Empresas Aeroaviárias e da companhia Rio Sul, George Ermakoff, foi o único a posicionar-se contra



José Cruz

Audiências públicas marcam ano na Comissão de Infra-Estrutura

o projeto e defendeu a destinação de recursos do Orçamento da União para tal fim. Graziella Baggio, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, por sua vez, ressaltou a crise em que vive todo o setor aéreo nacional.

A questão energética motivou audiência a pedido da senadora Heloísa Helena (PT-AL), preocupada com a divisão das empresas integrantes do Sistema Eletrobrás – Chesf, Furnas e Eletronorte. Compareceram à CI o presidente da Eletrobrás, Altino Ventura Filho, o presidente da Eletronorte, José Antônio Lopes, o professor da Coppe/UFRJ Maurício Tomasquim e José Saraiva, presidente da Federação Nacional dos Urbanitários.

Durante o debate, Tomasquim disse que a cisão pode ajudar a resolver o problema da falta de água no Nordeste, mas advertiu que também pode afetar a geração de energia elétrica na região. O presidente da Eletrobrás, por sua vez, afirmou que a separação das áreas de transmissão e geração de energia deve incentivar a competição entre as estatais.

A CI também aprovou indicações para dirigentes de agências reguladoras, como Luiz Guilherme Schymura, para a presidência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); José Leite Pereira Filho, para o conselho diretor da Anatel, e Luiz Alberto da Silva, também como conselheiro da Anatel.

Criação do Conselho do Idoso foi conquista da subcomissão

A principal conquista da Subcomissão do Idoso foi a assinatura, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, da criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, o instrumento legal que faltava para balizar e fiscalizar as políticas públicas voltadas para essa parcela da população. A avaliação foi feita pelo presidente da subcomissão, senador Leomar Quintanilha (PFL-TO).

O senador levou ao Ministério da Justiça a sugestão de criação do órgão, que foi a grande bandeira da subcomissão e acabou sendo concretizada no dia 13 de maio de 2002. O conselho está funcionando no âmbito da Secretaria dos Direitos Humanos.

Quintanilha afirmou que a subcomissão conseguiu avançar muito em seus objetivos, ao facilitar a

discussão dos problemas que envolvem os idosos. Esses resultados foram obtidos, destacou, com a atuação do colegiado como um canal de comunicação entre esse grupo de quase 15 milhões de brasileiros, o Poder Legislativo e o governo, e ainda com a participação de entidades de defesa dos idosos e deles próprios, individualmente, que apresentaram, ao longo do ano, suas sugestões e críticas por e-mail ou utilizando um número de telefone 0800.

TRABALHO NOS ESTADOS

Ainda em 2002, a subcomissão iniciou um trabalho junto a vários estados da Federação, visando à criação da política estadual do idoso. Para facilitar a adoção dessa política, a assessoria da subcomissão elaborou anteprojeto de lei estadual, dividido em cinco capí-



Célio Azevedo

Quintanilha: colegiado foi importante canal de comunicação

tulos que tratam da finalidade da lei, dos princípios e diretrizes, das ações governamentais – que abrangem as áreas da saúde, habitação e urbanismo, cultura, esporte e lazer, educação, assistência social, trabalho e previdência, justiça –, e da gestão da política estadual do idoso.

Outro resultado das atividades da subcomissão foi a elaboração da Cartilha do Idoso, que contém dicas de saúde e de atividades físicas, informações para evitar acidentes, dados sobre os órgãos responsáveis pelo atendimento aos idosos e sobre o que está previsto na lei e definido nas políticas governamentais.

Para Carreiro, 2003 será de mudança e negociação

“Grandes mudanças para o país e grandes negociações no Congresso”. Assim o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, resumiu sua previsão do que será o ano de 2003 no trabalho do Legislativo. Em sua opinião, se hoje não se vota nada



José Cruz

Senado terá atividade política intensa, diz Carreiro

sem acordo político, essa exigência será mais forte a partir de 2003.

– A atividade política vai ser intensa e será oxigenada pela chegada de inúmeros senadores novos, visto que, dos 54 que precisavam renovar o mandato, só 14 voltaram. Os demais, ou perderam a eleição ou disputaram outros cargos eletivos.

Raimundo Carreiro disse que essa necessidade de negociação política já foi vista no final de 2002, quando todas as votações dependeram de amplo entendimento. Como exemplo, ele lembrou que não foi aprovado, apesar do apoio

de todos os partidos da base do governo, o projeto que proíbe a divulgação de informações processuais antes de elas serem de fato comprovadas.

Outro exemplo apresentado por ele foi a escolha do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Carreiro lembrou que essa votação foi antecedida da aprovação de projeto, de interesse do governo, propiciando a quem detenha alta função pública o direito de ser processado, caso sofra acusação depois de deixar o cargo, pelo mesmo tribunal que o julgaria se ainda estivesse no poder.

Sobre o ano de 2002, o secretário-geral o definiu como atípico, devido às eleições em dois turnos, com prolongamento do recesso de julho. “Mesmo assim, o Senado cumpriu sua pauta”, observou Raimundo Carreiro.

Juvêncio deve propor novo código de ética

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), informou que vai conversar, em 2003, com integrantes da Mesa diretora para solicitar a adoção de projeto de sua autoria modificando o código de ética dos senadores. Essa matéria, observou, seria examinada em detrimento do projeto de resolução do senador Osmar Dias (PDT-PR) que trata do mesmo assunto e foi aprovado em novembro pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Juvêncio disse que não é contrário à proposta de Osmar Dias – que ainda depende de parecer da Mesa diretora e de exame em Plenário –, mas considera que a matéria é insuficiente para definir de maneira clara os procedimentos



Célio Azevedo

Juvêncio considera insuficiente projeto que tramita na Casa

de um processo de cassação de mandato parlamentar, principalmente com relação ao início da tramitação na Casa.

A principal diferença entre as duas propostas reside na definição de quem possui a competência para propor apresentação contra senador com vista à cassação de mandato. Para Juvêncio, a Mesa é que deve ter a prerrogativa de verificar, previamente, se uma denúncia contra senador merece maiores investigações.

O Conselho de Ética atuaria em um segundo momento, caso fosse acatada a denúncia, agindo como órgão auxiliar, conforme o projeto. Tal ordem, argumenta o senador, estaria coerente com o que estabelece o artigo 55 da Constituição.



Seminário sobre ensino infantil foi uma das iniciativas que mobilizou a Comissão de Educação. Apoio à Ancine teve destaque na Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática. E quase 14 anos depois de ter sido criado, o Conselho de Comunicação começou a funcionar.

Esporte e livros, duas prioridades da comissão

A criação de duas subcomissões permanentes – a do Esporte e a do Livro –, a realização de um seminário sobre educação infantil e de quatro audiências públicas sobre matérias em tramitação, a atuação em favor da instalação do Conselho de Comunicação Social (CCS) e a aprovação de projetos de repercussão social foram destacadas pelo presidente da Comissão de Educação (CE), senador Ricardo Santos (PSDB-ES), em balanço sobre o trabalho desenvolvido em 2002.

Em 36 reuniões, a CE aprovou 100 projetos e 570 outorgas ou renovação de outorgas para serviços de radiodifusão. Entre os projetos votados, Ricardo Santos destacou cinco no setor de educação: o que dispõe sobre a proteção da língua portuguesa; o que estabelece regras para a complementação, por parte da União, de recursos para o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério); o que



Comissão de Educação realizou no decorrer do ano 36 reuniões e aprovou 100 projetos, entre eles o que garante mais recursos para o Fundef

define prioridade para os afrodescendentes na concessão do Fies (Financiamento das Instituições de Ensino Superior); o que regulamenta a concessão de bolsas de estudo para o ensino médio e fundamental quando a rede pública não dispuser de vagas; e o que define a responsabilidade compartilhada do poder público no transporte escolar.

Na área de cultura, o presidente da comissão citou o projeto que altera a Lei Rouanet para estender a concessão do benefício fis-

cal aos festivais de cinema; o que reserva 5% dos ingressos de espetáculos para serem distribuídos gratuitamente a alunos da rede pública; e o que destina 10% dos recursos das loterias federais para atividades circenses. Já no setor de comunicação social, Santos citou o projeto que regionaliza a programação de rádio e TV, o que trata da classificação, por faixa etária, de espetáculos públicos e o que permite a participação de 100% de capital estrangeiro nas empresas de TV a cabo.

Acompanhamento da Ancine continua em 2003

O acompanhamento permanente das necessidades da comunidade cinematográfica e do desempenho da Agência Nacional de Cinema (Ancine) na tarefa de fiscalizar o cumprimento das regras estabelecidas para as atividades do audiovisual deverá estar entre as prioridades da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática para 2003, conforme avaliou seu vice-presidente, senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Ele lembrou que, no decorrer de 2002, a subcomissão deu importante contribuição para que a Ancine conseguisse se firmar como instrumento capaz de impulsionar o audiovisual, ao apoiar a criação da agência e aprovar nomes que compõem a sua atual diretoria.

– Com o projeto aprovado e



A Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática discutiu a abertura da mídia ao capital estrangeiro

sancionado, a agência vai adquirindo capacidade de operacionalização, podendo cumprir seu papel de estabelecer princípios gerais da política de cinema.

Para que esse processo seja efetivado, ele entende que o colegiado, criado em caráter temporário em junho de 1999 e transformado em subcomissão permanente em dezembro de 2000, ainda deve se manter como espaço de discussão dos rumos para o cinema no novo governo.

Saturnino admite que o prestí-

gio da indústria e da atividade cinematográfica é essencialmente cultural. Ele adverte, porém, que “a atividade não ganhará a dimensão que precisa se não tiver sua base econômica sólida”.

DEBATES

A subcomissão realizou audiência pública, no primeiro semestre, sobre a medida provisória que trata da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica. E promoveu discussão sobre a participação, em até 30%, do capital estrangeiro nas empresas de comunicação.

Em junho, a subcomissão reuniu técnicos da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para debater o processo de definição do sistema de televisão digital a ser implantado no Brasil.

Conselho de Comunicação iniciou atividades em junho

Previsto pela Constituição de 1988, o Conselho de Comunicação Social foi finalmente instalado em 25 de junho deste ano. Instituído por lei, em dezembro de 1991, o órgão consultivo do Congresso Nacional só teve sua composição aprovada após entendimento dos líderes dos partidos políticos no Senado e na Câmara, mediado pelos presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves.

A instalação do conselho fez parte das negociações que levaram à aprovação da proposta de emenda à Constituição que abriu a possibilidade de participação estrangeira no capital das empresas de comunicação. Na primeira reunião, os conselheiros – eleitos pelo Congresso – escolheram os representantes da sociedade civil José Paulo Cavalcanti Filho e Jayme Sirotsky, respectivamente, como presidente e vice-presidente do conselho.

O colegiado promoveu, desde então, seis reuniões para tratar de suas principais atribuições: realizar estudos, pareceres e recomendações, mediante solicitação, sobre assuntos como liberdade de expressão, propaganda de produtos com restrições, outorga e renovação de concessões e permissões para funcionamento de emisoras de rádio e TV. Para organizar os trabalhos, a Mesa publicou, em agosto, ato que instituiu o regimento interno de funcionamento do conselho.

Os conselheiros criaram quatro

comissões sobre os seguintes temas: regionalização da programação da televisão e do rádio e implantação do “V-Chip”; introdução da tecnologia digital; radiodifusão comunitária; e regulamentação da participação do capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão.

TECNOLOGIA DIGITAL

A mais ativa das comissões estudada como o país vai implantar tecnologias digitais na área da comunicação. Foi sobre esse tema, envolvendo as indústrias de eletrônicos e de entretenimento, que o conselho recebeu sua primeira consulta formal, encaminhada pela Mesa do Senado. Com essa motivação, a comissão realizou duas reuniões, em que ouviu especialistas de diversas áreas.

– Na conversa que tivemos com o presidente da Câmara, ficou patente a atenção que o conselho tem hoje. Todos os líderes partidários estão acompanhando de perto o nosso trabalho. Estou honrado de participar desse conselho, porque vi que as nossas decisões estão sendo recebidas com muito respeito no Congresso. Penso que, em 2003, o conselho será, de fato, o grande órgão auxiliar do Legislativo – analisou o conselheiro Roberto Wagner Monteiro, representante das empresas de televisão.

O conselho já tem seu orçamento para o próximo ano definido. Também foi prorrogado o mandato dos conselheiros para até 25 de junho de 2004.



Órgão consultivo do Congresso, o conselho só foi instalado após longas negociações entre líderes partidários do Senado e da Câmara



Mesmo dedicando diversas reuniões ao estudo de mudanças na Justiça brasileira, comissão examinou outras importantes matérias, como a que reforça combate ao trabalho escravo no Brasil, a que cria órgão permanente contra a seca, as que aperfeiçoam legislação partidária e a que institui tarifa social de água.

Reforma do Judiciário marcou o debate na CCJ

A votação da proposta de emenda constitucional que institui a reforma do Poder Judiciário dominou os debates na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado em 2002. O presidente do colegiado e relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), admite que o texto aprovado pela CCJ pode não ser o ideal, mas salienta que a proposta oferece instrumentos eficazes para agilizar o trabalho da Justiça no país. A matéria depende ainda de votação no Plenário da Casa.

Um dos pontos fundamentais para a conquista desse objetivo, na opinião do relator, será a criação da súmula vinculante, que obrigaria as instâncias inferiores a seguirem decisões reiteradas do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho. Cabral entende que, além da reforma do Judiciário, deverão ser



Comissão de Justiça deu respaldo a iniciativas de cunho social, como o Programa Permanente de Combate à Seca

promovidas alterações na legislação infraconstitucional que regule os procedimentos processuais.

Outras matérias consideradas de caráter jurídico relevante também receberam parecer favorável da Comissão de Justiça, como o projeto que proíbe autoridades públicas de divulgarem informações de pessoas sob investigação.

Outra proposta acolhida pela CCJ é a que define situações que podem caracterizar exploração de trabalho escravo. A medida visa dar maior eficácia ao dispositivo do Código Penal que estabelece pena de até oito anos de reclusão para quem utiliza serviço forçado.

Enquanto a reforma política não

é votada pelo Congresso, a Comissão de Justiça do Senado vem dando algumas contribuições para o aperfeiçoamento da estrutura político-partidária. Inseridos neste contexto estão dois projetos: um que fixa penas severas para os institutos de pesquisas pré-eleitorais que, comprovadamente, fraudarem os resultados dos levantamentos divulgados à opinião pública, e outro que prevê o fim do voto obrigatório.

A respeito da atuação do Poder Legislativo, merecem destaque três proposições. Uma delas restringe o prazo para renúncia de parlamentar no curso de processo de cassação de mandato, que passa a ser iniciado com a publicação, no *Diário do Senado*, do ofício em que o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar acolhe denúncia contra senador. Outra, facilita o exame de vetos presidenciais ao prever a execução desse processo sepa-

radamente na Câmara e no Senado. A última delas torna obrigatória a vinda do presidente da República ao Congresso na abertura de cada sessão legislativa. Hoje, a Constituição determina apenas o envio da mensagem presidencial.

Importantes iniciativas de cunho social contaram com o respaldo da CCJ, como a criação do Programa Permanente de Combate à Seca. A comissão também aprovou proposta de emenda constitucional que reforça os cofres do Fundo de Combate à Pobreza com recursos oriundos da venda ou uso de terrenos de marinha, bem como outra que assegura, aos maiores de 60 anos, atendimento especial pela Justiça, com direito a juizados especiais, preferência no trâmite de ações e gratuidade de taxas. Também foi acolhido projeto que institui tarifa social nos serviços de água e esgoto para usuários de baixa renda.

CPI reúne provas sobre funcionamento irregular de diversas ONGs

O presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura denúncias de irregularidades na atuação das organizações não-governamentais (ONGs), senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), afirmou que a comissão vem conseguindo reunir provas contra instituições que atuam nesse setor. Segundo Mozarildo, a Focus – ONG canadense que reúne 4.500 produtores de vários países – e outras organizações como a Cooperíndio e a Associação Amazônia têm atuado de forma ilegal no país. As denúncias, segundo ele, serão encaminhadas ao Ministério Público e ao Ministério da Justiça para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Mozarildo não confirmou se a CPI irá propor, ao final dos seus trabalhos, uma nova legislação para o setor. No entanto, ele denunciou os “enormes prejuízos” que a sociedade pode estar sofrendo em consequência das atividades dessas organizações. Mozarildo destacou que o objetivo da comissão é separar “o

joio do trigo”, uma vez que não há controle sobre a atuação das ONGs no Brasil.

Ao longo do segundo semestre de 2002, a CPI promoveu diversas audiências. Um dos depoentes, o ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, afirmou que a Polícia Federal está investigando denúncias de que a Focus teria oferecido US\$ 35 por hectare de soja para que produtores brasileiros deixassem de plantar. Paulo de Tarso disse que há outros casos sendo investigados, como o da seita do reverendo Moon, que teria adquirido irregularmente 85 hectares de terras em Mato Grosso.

Uma das principais denúncias apresentadas pela CPI foi contra a Agência de Desenvolvimento Sustentável Brasil em Renovação (Adesbrar). A comissão apurou que a entidade não possui sequer o alvará de funcionamento, mas recebeu cerca de R\$ 350 mil do Ministério da Cultura, por meio de emenda do deputado Salvador Zimbaldi (PSDB-SP). A relatora da comissão, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), afirmou

nunca ter visto um caso desses, apesar de participar de CPIs há mais de 12 anos.

POVOS INDÍGENAS

Três depoimentos colhidos pela comissão denunciaram a existência de entidades em Roraima que, apesar de se apresentarem como defensoras dos índios, trabalham contra os interesses desses povos. Os depoentes disseram que a Igreja Católica e organizações internacionais estão por trás dessas entidades, que impe-

dem o desenvolvimento dos índios da região. A principal entidade acusada pelos depoentes é o Conselho Indígena de Roraima (CIR), que chegou à região em 1970 para catequizar os povos locais.

Os depoentes que denunciaram esse fato foram o diretor da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (Sodiurr), cacique Silvestre Leocádio; o representante da Associação Regional Indígena do Rio Kino Cotingo Monte Roraima (Arikon),

Gilberto Macuxi; e o diretor da Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima (Alicidir), Anísio Pedrosa Lima.

Também prestou depoimento na comissão o empresário Alexandre Paes dos Santos, dirigente da APS Consultores & Associados. Ele negou qualquer participação em um suposto esquema de pressão do qual faria parte a ONG Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer (Napacan), junto ao Ministério da Saúde, com a intenção de adotar o uso do medicamento Glivec, fabricado pelo laboratório Novartis. O presidente do Novartis, Andreas Strakus, também negou ter influenciado o ministério a adotar o medicamento.

Um dos depoimentos mais polêmicos prestados à CPI foi o do vice-presidente da Associação Amazônia, Luís Antonio Nascimento de Souza, que admitiu que os US\$ 70 mil utilizados na compra de 172 mil hectares de terras em Roraima ingressaram irregularmente no país.



O presidente da comissão, Mozarildo Cavalcanti, chama atenção para os enormes prejuízos que estariam sendo impostos à sociedade



O período eleitoral não impediu que a CAS votasse todos os projetos que faziam parte de sua pauta. Na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senadores e deputados discutiram as denúncias de atividades terroristas na tríplice fronteira e a consolidação do Pólo Turístico Iguaçu.



Presidida por Tuma, a CAS aprovou projeto que regulamenta a contratação de trabalho temporário

Comissão garantiu em 2002 benefício a deficiente visual

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Romeu Tuma (PFL-SP), considerou positivo o trabalho do colegiado no ano de 2002. Ele destacou a aprovação de projeto de sua autoria que permite ao portador de deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes coletivos acompanhado de cão-guia.

A proposta, já aprovada pelo Plenário do Senado e que se encontra na Câmara dos Deputados aguardando votação, vai melhorar o dia-a-dia de milhões de brasileiros que têm deficiência visual, argumentou o senador. Outro projeto longamente debatido e aprovado pela CAS garante a titulação da propriedade aos remanescentes das comunidades de quilombos, de autoria da então senadora Benedita da Silva (PT), atual governadora do Rio de Janeiro.

Apesar de o período eleitoral ter provocado a diminuição dos trabalhos parlamentares no Congresso Nacional, a CAS conseguiu praticamente limpar a pauta, segundo Tuma. Mais recentemente, a CAS aprovou projeto que interessa a milhões de pessoas. É o que dá nova regulamentação para a contratação de trabalha-

dores em regime temporário nas empresas urbanas. A proposta, de iniciativa do Executivo, recebeu parecer favorável na forma de substitutivo, de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO). Uma das mudanças é a garantia de que não existe vínculo empregatício no regime de trabalho temporário, qualquer que seja o ramo da empresa.

O projeto também amplia a responsabilidade de fiscalização, pelas empresas contratantes, em relação às condições de trabalho dos temporários, deixando a critério delas – as contratantes – a possibilidade de oferecer atendimento médico, ambulatorial e refeições aos trabalhadores das firmas prestadoras de serviços temporários. O texto também restabelece a proibição de contratação temporária para substituir trabalhadores em greve.

GINÁSTICA

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ainda projeto que aumenta o controle sobre as academias de ginástica e artes marciais, determinando que elas somente poderão funcionar legalmente se tiverem assistência e responsabilidade técnicas de um profissional formado em Educação Física, regularmente registra-

do em conselho regional da categoria. A obrigatoriedade é estendida às escolas de natação.

Também foram aprovados pela CAE o projeto que restringe e disciplina o uso da talidomida no país e o que determina o atendimento gratuito de trabalhadores acidentados, pela rede particular, em localidades onde não existem hospitais filiados ao Sistema Único de Saúde (SUS). A comissão também acolheu a proposta que instituiu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a que estabelece novas normas para a reprodução humana.

ANS

Em 2002, a CAS realizou 21 reuniões ordinárias e promoveu quatro audiências públicas com autoridades para instruir projetos em exame na comissão, além de debater e votar, conforme prevê o Regimento Interno da Casa, indicações feitas pelo Poder Executivo, a exemplo do nome de Maria Stella Gregori para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que tem por finalidade regular e fiscalizar os planos privados de assistência à saúde. Esses planos atendem cerca de 35 milhões de pessoas e movimentam recursos anuais da ordem de R\$ 23 bilhões.

Debate mostrou necessidade de fortalecer o Mercosul

Ao fazer balanço das atividades da representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul durante 2002, o ex-senador Roberto Requião (PMDB-PR), que presidiu o colegiado, manifestou satisfação diante das declarações do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à Argentina e ao Chile, sobre a intenção de dar prioridade à reconstrução do mercado comum na região.

Segundo Requião, no Brasil e em outros países da América do Sul existem pesadas críticas em relação à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e grande disposição de procurar maior integração por meio do Mercosul e do Pacto Andino.

– Precisamos afinar nossos discursos. Todos queremos integração, mas sem exploração. A América Latina precisa sair da periferia da história, deixando de ser presa fácil de organizações externas com planos que significam, na prática, mais miséria para nossos povos. Somente por meio de maior coesão entre nós será possível negociar a entrada na Alca com chances de sucesso – alertou.

FRONTEIRA

Como exemplo das dificuldades que a América do Sul enfrenta em relação aos Estados Unidos, Requião citou as pressões que estão surgindo em função de denúncias sobre supostas atividades de terrorismo na região da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Para ele, a atitude norte-americana está trazendo prejuízos enormes ao turismo e à hotelaria da região.

Como meio de reforçar a integração da área, o colegiado aprovou recomendações ao Conselho

do Mercosul visando ao desenvolvimento econômico da região, que envolve a maior população de fronteira. A recomendação inclui estímulo à implantação de parques temáticos e centros de entretenimento, para consolidar o Pólo Turístico Internacional Iguaçu, criado em 1997 por resolução do Mercosul.

REUNIÕES

Em 2002, foram realizadas duas reuniões plenárias dos quatro países-membros do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A primeira foi promovida em julho, em Buenos Aires, quando a presidência passou a ser exercida pelo Brasil. A segunda realizou-se em Brasília, na primeira semana de dezembro. Ao final desta última, a presidência do grupo passou para as mãos do Paraguai.

Durante o ano, a representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, formada por dez senadores e dez deputados, promoveu seis reuniões ordinárias em Brasília, dez encontros extraordinários no exterior, dois seminários, uma audiência pública e uma semana de exposição sobre o potencial de desenvolvimento da tríplice fronteira, além de reuniões com o Itamaraty e embaixadas dos países-membros.

Durante as reuniões ordinárias realizadas em Brasília, a comissão aprovou 13 proposições, entre requerimentos, acordos internacionais e projetos de lei. O tema mais abordado foi a necessidade de consolidação do Mercosul, tendo em vista as discussões sobre a implantação da Alca. Durante o ano de 2003, prevê-se que o tema continuará a ser o mais debatido.



Gerardo Magela

Comissão do Mercosul é formada por dez senadores e dez deputados



O Senado aprovou 11 projetos elaborados pela Comissão Mista de Segurança Pública, o que contribuiu para modernizar a legislação do país. Seminário sobre serviço de inteligência também foi destaque, além de diversas atividades da Primeira Secretaria, como a troca do sistema de votação.

Segurança pública foi prioridade no Senado

Diante do clamor nacional pelo combate à violência, o Senado está procurando dar resposta ágil à reivindicação da sociedade por uma política de segurança pública mais eficiente e eficaz. Movido por esse desafio, o Plenário aprovou, ao longo deste ano, 11 projetos elaborados pela Comissão Mista de Segurança Pública. Nove dessas proposições introduzem significativas mudanças na legislação penal do país e aguardam exame na Câmara dos Deputados.

Além de inserir dispositivos inovadores nos textos do Código de Processo Penal e do Código Penal, datados da década de 1940, o colegiado procurou agravar as punições para crimes de potencial mais ofensivo e imprimir maior celeridade nos processos judiciais. "Depois dos trabalhos da comissão, os bandidos contarão até dez para a prática dos crimes", declarou o presidente da comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO), na reunião de encerramento das atividades, em abril passado.

Uma das proposições de maior caráter inovador é a que trata da lei relativa aos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Acrescenta, por exemplo, as práticas de "financiamento do terrorismo" e "tráfico ilícito de órgãos ou pessoas", considerados graves, na lista de crimes antecedentes à "lavagem de dinheiro". Possibilita ainda ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras solicitar à administração pública informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas.

Como o avanço tecnológico

também foi acompanhado pela criminalidade, que sofisticou suas ações, a comissão mista decidiu modernizar o Código Penal com o projeto que dispõe sobre os crimes contra a pessoa, o patrimônio e os costumes. Desse modo, propôs artigo que pune com reclusão de dois a oito anos, mais multa, quem falsificar, fabricar, alterar, adulterar, habilitar, ou mesmo usar, bilhete ou cartão magnético, linha ou sinal de telefonia e sinal de transmissão a cabo.

CELULAR PRÉ-PAGO

Outra proposição acolhida é a que cria o cadastro nacional de telefones celulares pré-pagos, muito usados por criminosos por serem adquiridos sem identificação do comprador. Como exemplo de projeto que estabelece penas mais duras para ilícitos penais, pode-se citar o que iguala a pena por crimes de corrupção ativa e passiva à de peculato (desvio de bem ou dinheiro público por agente do Estado). Quem incorrer nessas práticas estará sujeito a pena de dois a 12 anos, mais multa.

Outras proposições aprovadas pela comissão são a que dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas e a que cria o Fundo Nacional de Segurança Pública. Um ponto coincidente entre ambas é a possibilidade de reforçar financeiramente as ações de prevenção e repressão de crimes. No primeiro caso, se agilizaria a apropriação pelo Estado de patrimônio fruto de ilícitos. No segundo, seriam destinados recursos para estados e municípios implementarem políticas de segurança pública.



Comissão Mista de Segurança Pública introduziu dispositivos para modernizar Código de Processo Penal e Código Penal do país

Comissão debate atividades de inteligência

O conceito do que seja a atividade de inteligência está se modificando no Brasil e no mundo, e o debate sobre a nova mentalidade que conduz o setor foi o foco das atenções, no segundo semestre de 2002, na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI).

A comissão realizou um seminário em novembro para debater o tema. O evento, intitulado "Atividades de Inteligência no Brasil: Contribuições para a Soberania e a Democracia", foi organizado em conjunto com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara, com a Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro e com a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

— As atividades de inteligência devem assegurar a democracia e têm, hoje, como principal desafio, superar a imagem associada ao regime autoritário de 1964 até 1985 e conduzir suas ações baseadas na Constituição e na transparência de suas funções — afirmou o presidente do Senado, Ramez Tebet, acrescentando a importância de a atividade oferecer suporte para o combate às novas modalidades de crime, como o crime organizado, o narcotráfico e os crimes financeiros, entre outros.

Também o senador Jefferson Péres (PDT-AM), que presidiu a CCAI no primeiro semestre de 2002, avaliou como positiva a iniciativa do seminário pelo seu caráter inovador. Para ele, o debate sobre as atividades de inteligência servem para "desmistificar" a atuação da Abin e para mostrar que o órgão está subordinado não apenas ao Executivo, mas também à fiscalização do Legislativo.

O seminário, coordenado pelo presidente da CCAI, deputado Aldo Rebelo (PcdoB-SP), contou com a participação dos líderes dos partidos das duas Casas legislativas, do ministro da Defesa, Geraldo Quintão; do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso; da Corregedora-Geral da União, ministra Anadyr Mendonça, entre outras autoridades.



Jefferson Péres, que presidiu a CCAI, destacou caráter inovador do seminário

Novo painel eletrônico é um dos mais seguros do mundo, diz Wilson

A troca do sistema de votação eletrônica do Senado, as obras de reforço estrutural do chamado Túnel do Tempo e a ampliação do programa Interlegis (que já conecta todas as assembleias legislativas, mais de mil câmaras de vereadores, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União pela Rede Nacional Interlegis), foram algumas das realizações contabilizadas em 2002 pela Primeira Secretaria, que tem à frente o senador Carlos Wilson (PTB-PE).

— O atual sistema de votação eletrônica do Senado, inaugurado no dia 30 de setembro com uma votação secreta, é dos mais seguros do mundo. Acompanhado pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), o Prodasen (Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal) fez por onde recuperar não apenas o painel que havia sido violado, mas sua própria credibilidade e, principalmente, a do Senado, que tinha sido arranhada como instituição — afirmou Carlos Wilson.

Já as obras de reforço estrutural no Túnel do Tempo, que liga o prédio principal do Senado aos gabinetes e comissões técnicas, foram realizadas em virtude de alguns locais da laje de cobertura terem apresentado deformações, chegando a ceder até dez centímetros. Apesar de não ter havido risco imediato de desabamento, a Primeira Secretaria resolveu executar as obras de reforma para prevenir qualquer incidente.

A Primeira Secretaria também iniciou o processo e coordenou os trabalhos de elaboração do plano de carreira dos servidores do Senado, aprovado pelo Plenário da Casa no primeiro semestre deste ano. A implantação da nova estrutura de remuneração está sendo feita de forma gradual, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e obedecendo aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outra iniciativa da Primeira Secretaria foi o lançamento, em dezembro, do Sistema Interativo Institucional, que apresenta, de forma atraente e com navegação simples, um vasto conjunto de informações sobre a instituição. O sistema consiste de oito computadores, dispostos em círculo, através dos quais o usuário tem acesso, entre outras informações, a um detalhamento sobre as dependências do Senado, os senadores e os serviços oferecidos pela instituição.



Carlos Wilson destaca importância do resgate da credibilidade do Senado